

O VISCONDE DE PAIVA MANSO

O VISCONDE DE PAIVA MANSO

POR

LUIZ GARRIDO

SOCIO EFFETIVO DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS

E DA ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS DE LISBOA



LISBOA

TYPOGRAPHIA DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS

1877

ELOGIO

LIDO NA

ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS DE LISBOA

NA CONFERENCIA SOLEMNE DE 24 DE OUTUBRO DE 1877

SENHORES

Na precedente conferencia solemne, offereceu-se-me ensejo de alludir ao homem que é a maior illustração da nossa classe, o grande orador e philosopho, cujos actos e cujos escriptos teem sido e são inexhaurivel assumpto de considerações e analyses para historiadores, para criticos e para jurisconsultos, e cujo nome, já o dizia Lamartine, personifica a litteratura. Permitti-me agora que vos falle outra vez do mesmo homem. Quem se admirará de ouvir, neste recinto, o nome de Cicero? E tanto mais, nesta occasião, em que me é concedido pronunciar na vossa presença o elogio de um advogado distincto, a quem, como a Cicero, não bastaram os estudos da jurisprudencia e os trabalhos do foro, que teve a alta e bem fundada ambição de cultivar as lettras e a philosophia, exerceu habilmente diversos cargos publicos, dirigiu, por duas vezes, a administração do mais importante municipio de Portugal, representou o paiz no parlamento, e, nos ultimos dias da sua curta existencia, quando uma potencia alliada pretendia usurpar parte do territorio portuguez, soube apurar e expôr o nosso direito com tal exactidão, com tanta lucidez e com tão firme segurança, que

não foi difficil obter a decisão favoravel que era devida á nossa justiça, e que nos manteve na posse que não podiamos abandonar sem quebra do brio nacional. A vida e os escriptos do sr. dr. Levy Maria Jordão Paiva Manso, visconde de Paiva Manso, trouxeram-me á lembrança a vida e os escriptos de Cicero, e, guardada a distancia conveniente entre um escriptor glorioso, consagrado por vinte seculos de admiração, e o nosso contemporaneo, pareceu-me que o exemplo do primeiro era o exordio natural do elogio do segundo.

Senhores, o nome de Cicero é um d'esses nomes que a espaços se levantam, como altissimas columnas, acima dos nomes illustres de muitos que deixaram de si memoria grande e perduravel. O maior advogado de todos os tempos e de todos os paizes é tambem o primeiro escriptor da sua litteratura, e, se não o primeiro philosopho, pelo menos aquelle cujas obras, já reflexos da sciencia grega, já concepções originaes, tilhas da sabedoria latina, mais decisiva influencia tem exercido na formação d'essa philosophia moral, patrimonio commum da humanidade, que é independente das religiões, das leis e dos costumes, cujos principios se impõem a todos os espiritos cultos, cujos preceitos são a regra de todos os corações rectos. Este nome, porém, que é tão grande, no parecer de todos, é, porventura, o nome do advogado? Não, senhores, ninguem o affirmará. Maior que o de Crasso, que o de Antonio, que o de Hortensio, maior que todos os nomes dos grandes oradores judiciarios, igual ao dos maiores oradores politicos, o nome de Cicero pouco mais seria hoje do que um nome, se apenas nos recordasse o accusador de Verres, o adversario de Catilina e de Marco Antonio, o defensor de Milão e de Ligario. O que fez Cicero grande, não para os contemporaneos, mas para a posteridade, foi o seu genio de escriptor. Por elle vive, por elle alcançou gloria immortal, por elle se perpetuou o nome do advogado e o nome do consul.

Todos vós sabeis que a oração em defesa de Milão, a obra prima do foro, não é a mesma que Cicero pronunciou, e que temos nella uma composição de gabinete, escripta para o público e

só para o público, visto que Cicero a compôz depois do exilio voluntario do seu cliente, isto é, quando a causa d'este estava irremissivelmente perdida. Outrotanto, senhores, se pôde dizer de todas as orações do grande advogado. As composições que chegaram ao nosso conhecimento não devem corresponder senão nas linhas geraes, e ahi mesmo Deus sabe! áquellas que Cicero effectivamente pronunciou. Os antigos, que apreciavam e cultivavam a arte oratoria com um cuidado de que nós apenas temos noticia, e de fórma nenhuma imitamos, nunca admittiram como modelos escriptos da eloquencia a reproducção textual ou aproximada dos discursos que os seus oradores pronunciavam, excepto quando esses discursos eram escriptos previamente, e as suas exigencias, neste ponto, só hoje as tem a eloquencia sagrada, que, ainda assim, não vai tão longe, porque se occupa da doutrina primeiro que da fórma. Portanto as brilhantes composições de Cicero e Demosthenes fazem mais honra ao escriptor do que ao orador. Para a posteridade, este nada valeria sem aquelle. O seu nome poderia durar, mas as suas obras perdiam-se necessariamente, como acontece ainda hoje, apesar do uso da tachygraphia, aos discursos dos nossos mais afamados oradores politicos.

Refere um celebre escriptor francez que, tendo de fazer certas indagações na collecção dos discursos do parlamento britanico, encontrou o exemplar pertencente á bibliotheca a que se dirigiu com as folhas ainda por cortar. Havia vinte ou trinta annos que ali estavam aquelles volumes, e ninguem se lembrára de os abrir. Ora, se isto succede aos oradores do mais importante parlamento do mundo, que succederá aos outros, na maioria, na quasi totalidade dos casos? Succede que a reproducção dos discursos pela tachygraphia os conserva materialmente nas folhas em que são impressos; mas a conservação real, isto é, a como violencia que se faz aos vindouros, impondo-lhes a leitura das obras, é aqui perfeitamente nulla.

O mesmo, ou quasi o mesmo, poderemos dizer em relação aos advogados. Das suas orações, nos paizes em que os advo-

gados fallam, não resta mais do que um echo frouxo, cuja repercursão em breve se extingue; os seus escriptos, os papeis forenses em que se consomme tanto saber, onde tantas vezes se manifestam brilhantemente alguns dos summos dotes do espirito, onde a miudo se admira a concepção viva, a lucida exposição, a dialectica rigorosa, a logica fulminante, esses não sobrevivem nem podem sobreviver á decisão das causas a que se referem. Obsta a natureza das coisas; obstaria, quando assim não fosse, em muitos casos, talvez na maior parte, a fórma litteraria d'esses escriptos. Ora, nas letras, só vive o que é bello, porque só o bello tem direito a viver. Nas sciencias mais graves, nas proprias que, pela sua austeridade, parece dispensarem a correccão da fórma externa, nessas mesmas, o estylo reina soberanamente, e, sem considerarmos por agora a doutrina, assim como Platão leva de vencida Aristoteles, não será temerario suppor que Hegel encontrará sempre a superioridade de Schelling, e Maine de Biran a de Victor Cousin.

Senhores, o exercicio da nossa profissão nobilita os que são dignos d'ella, dá-lhes seguramente a consideração, de ordinario concede-lhes a independencia, e algumas vezes é o caminho da fortuna. Mas o advogado que não se contentar com a dignidade segura, com a independencia provavel e com a opulencia possivel, o que tiver a grande e generosa ambição de perpetuar o seu nome, se quizer dar-lhe garantias de duração, ha de ser escriptor. No caso contrario, por mais illustre que elle seja para os contemporaneos, nunca a posteridade lhe poderá conceder tributo de admiração igual ao seu merecimento. E com toda a justiça. Os posteros não recompensam senão os que trabalharam para elles.

Isto que vos estou dizendo, não significa que as unicas glorias duraveis sejam as glorias litterarias. São, com effeito, julgo eu, as mais seguras, mas não são as unicas. Os grandes principes, os sabios legisladores, os valentes cabos de guerra, os vigilantes magistrados que sustentam o estado, os audazes descobridores que augmentam o mundo conhecido, e acima, no primeiro logar, os inventores, na sciencia, os creadores, na arte, os

fundadores e os reformadores, na religião, todos teem legitimo direito a que a posteridade conserve da sua passagem no mundo lembrança reconhecida. Mas os que se dedicam a tractar negocios particulares, e portanto não influem directamente no estado, esses, se não consagrarem ás letras parte da sua actividade, por mais eminentes que sejam os seus dotes intellectuaes, por mais valiosos os serviços prestados, arriscam-se a morrer totalmente.

Assim, por certo, o comprehendeu o illustre advogado cujo elogio me foi distribuido, pois que, dedicando-se, em verdes annos, á profissão que nos honramos de exercer, e tendo, já a esse tempo, dado á estampa varias obras, que, embora imperfeitas, como exigia a idade do auctor, revelavam sobejamente o seu extraordinario engenho, e a sua, em tal idade, mais extraordinaria erudição, não consentiu nunca que os negocios, já publicos, já particulares, de que se encarregava, o distrahissem do tracto das letras. Por isso tambem, tendo morrido na idade de quarenta e cinco annos, deixou publicadas tantas obras de merito, e em projecto, algumas em começo de execução, tantas outras que a sua laboriosa energia teria em breve concluido, se a morte lh'o não viesse estorvar!

Essas obras, senhores, são conhecidas de vós; todas de alguns, algumas de todos. Portanto a tarefa que me foi commettida não offerece, por um lado, grandes difficuldades. Louvar dignamente o sr. visconde de Paiva Manso não é para todos, mas quem não encontrará nos seus escriptos materia bastante para honrar a sua memoria com a admiração que a todos inspira o talento, o saber, o amor da patria, e com a sympathia que nós os advogados particularmente devemos ao nosso finado collega, lembrados sobretudo do pleito famoso a cujo patrocínio elle consagrou os seus ultimos dias, pleito em que tinha por cliente Portugal, Inglaterra por adversario, e por juiz o chefe de uma grande nação amiga!

Esse tributo que hoje deseja prestar, por minha bocca, a Associação, reconhecida aos trabalhos do sr. visconde de Paiva Manso e ao exemplo por elle dado, exemplo de amor ás letras, de incan-

savel diligencia, de grande devoção pelo serviço da patria, dimanando principalmente das obras de que vos fallei. Nem a sua vida nos importa aqui, visto que nessa vida nada ha que pertença á historia, nem dos seus trabalhos como advogado seria possivel que eu vos dêsse noticia interessante.

Nascido em 1831, poucos annos antes de terminarem as grandes luctas civis d'este seculo, em Portugal, não teve o nosso consocio uma d'essas existencias aventurosas ou tragicas, de que ha tantos exemplos em tempos de revolução. A biographia dos homens a quem tocou por sorte viver naquellas epochas é muitas vezes uma pagina de historia, e as incertezas, as zombarias e os favores da fortuna, que tanto lhes agitaram a vida, tornam a sua memoria interessante, e muitas vezes instructiva. As nossas grandes convulsões politicas e sociaes vão já longe, senhores, e a maior parte dos que nos achamos neste logar temos tido a ventura, ou a desgraça, que neste mundo tudo se compensa, de gozar dias tranquillos e seguros. Os nossos mestres sabem porém o que são aquelles azares, o que se ganha e o que se perde nos tempos revoltos que vêem decidir as questões vitaes dos povos; todos elles tem a dolorosa e fecunda experiencia pessoal d'aquellas calamidades, que ferem a uns na fortuna, a outros na liberdade, a todos na paz e na ventura. Por isso tambem, a biographia de alguns que já estão dormindo o eterno somno teve de ser escripta com a penna de ferro do historiador.

Taes elogios não são, por certo, os menos curiosos. É isso evidente para quem folhear os nossos annaes, sel-o ha para os actuaes membros da Associação, para nós todos, quando ouvirmos o elogio de um dos nossos antigos consocios, que honrou o seu nome entre nós, dedicando-se, com grande talento e vasta erudição, ao estudo do direito, com grande zelo e recta consciencia, ao exercicio da profissão de advogado; que honrou o nome de Portugal entre estrangeiros, votando o seu braço generoso á defesa de uma causa que só tinha por si os animos destemidos e os corações desinteressados, porque era perigosa, e porque tinha poucas pro-

babilidades de triumphar. Deixemos porém áquelle dos nossos consocios que tomou a seu cargo o elogio do illustre Manuel Maria da Silva Bruschy a gloria de nos contar essa vida tão honrada e tão modesta, e voltemos ao assumpto.

Pouco tenho que vos dizer, senhores, do nosso collega como advogado. Não o conheci pessoalmente. Quando comecei a frequentar os auditorios de Lisboa, deixava-os elle para ir advogar em tribunal estrangeiro a causa do nosso paiz, e, pouco depois, arrebatava-o a morte, sem consentir que eu o encontrasse noutra associação litteraria, a que tenho a honra de pertencer, e da qual elle era um dos mais distinctos ornamentos. Sei apenas o que todos vós sabeis, isto é, que o sr. visconde de Paiva Manso era um advogado de grande merito. Os monumentos dos seus trabalhos forenses jazem sepultos nos autos, e os poucos que andam impressos não tem a importancia dos outros escriptos, juridicos e historicos, que da sua penna nos restam.

Segundo já vos disse, o nosso consocio foi roubado ás letras na idade de quarenta e cinco annos, e todavia, como escriptor, era veterano. Tão cedo começara! Ainda no meio do seu curso universitario, publicava a primeira parte de um *Ensaio sobre a historia do direito romano*, e, poucos annos volvidos, apressava-se a mostrar o muito para que era, escrevendo o seu *Commentario ao codigo penal portuguez*, obra importante, que ainda hoje é consultada com proveito.

Como estão indicando os louros por elle colhidos na universidade, e attestam as memorias que do tempo dos seus estudos se conservam, o sr. visconde de Paiva Manso foi em Coimbra um grande estudante. Um grande estudante era coisa que havia antigamente em Coimbra com certa frequencia, e que raro apparece agora. Não sendo crível que os engenhos escasseiem neste paiz, antes, pelo contrario, assistindo nós todos os dias a revelações litterarias imprevistas, seria curioso indagar as causas do phenomeno que deixo apontado. Não é proprio o logar, menos propria ainda é a occasião, para tal inquerito; e, além d'isso, parece-me que essas cau-

sas talvez só para o futuro venham a descobrir-se. Occorre-me todavia que bem pôde influir nisto, pelo menos indirectamente, a transformação por que vai passando a sciencia, transformação que ha de, sem dúvida, reflectir-se no ensino. Tão permanentes eram outrora as instituições escolares como são instaveis nos nossos dias. Antigamente, só de tempos a tempos vinha uma reforma, facto tão singular e extraordinario, que ficava logo marcando uma epocha notavel na historia das escolas, tão fallado e celebrado, que, ainda um seculo depois, como ha pouco succedeu em Coimbra por occasião do centenario da reforma josephina, merecia ser memorado com festas, com discursos e com medalhas. Hoje, não consente esse desejo do melhor, que é o inimigo do bom, e que provoca todas as reformas, ainda as menos cabidas e as mais temerarias, não consente, digo, que as instituições se conservem immoveis. Reformas na instrucção primaria, reformas na instrucção secundaria, reformas no ensino superior, criação de cursos especiaes, fundação de universidades independentes, liberdade do ensino, methodos, livros, organização interna, programmas, tudo se tenta, tudo se discute, quasi tudo se impugna, e ninguem pôde desde já antever o futuro da instrucção pública. Para mim, sem receio o digo, porque isto não passa de conjectura, para mim tenho que os grandes dias da instrucção pública official estão contados. O desenvolvimento das sciencias e o espirito que as anima, que é exactamente o inverso do dogmatismo, difficilmente se coaduna com o ensino regular. A dúvida influe hoje em todas as intelligencias, abala incessantemente todos os systemas, ou, fallando com mais precisão, é o verdadeiro principio scientifico da nossa idade. Ora o que se ensina é a regra, a verdade sabida ou havida por tal. E tanto assim é, que os melhores professores, não digo bem, os professores sinceros, que não ensinam senão o que sabem, regem brilhantemente as suas cadeiras, mas não conseguem ensinar quasi nada aos seus discipulos. O mais que estes aprendem é o methodo, e o methodo ninguem hoje precisa de ir a uma escola para o aprender. Todos os livros bons o ensinam. O tudo está

depois no emprego que se lhe dá, e isso depende principalmente do temperamento de cada um.

Este incidente vai-se alongando, senhores, e eu não quero fugir ao assumpto principal do meu discurso. Consenti todavia que vos diga ainda a tal respeito mais alguma coisa. Na minha opinião, não será para estranhar que d'aqui a algum tempo, gradualmente, já se vê, como é proprio das evoluções necessarias, nos achemos, quanto a instrucção pública, numa situação analogá á que existia na Grecia e em Roma, onde os livros eram os principaes mestres. Bem sei que a antiguidade tinha escolas famosas, mas essas eram independentes, e tinham feição especialissima. Se o livro matar o ensino oral, ou, pelo menos, lhe cercear consideravelmente o ambito, teremos as instituições indispensaveis para o ensino das profissões liberaes; mas a grande, a verdadeira sciencia, ninguem se abalará a professal-a do alto de uma cadeira. No emtanto, tudo isto póde muito bem ser um sonho, e tão incertas andam as coisas do mundo, que tão pouco me admirarei, se vier o resultado opposto. E, demais, quem sabe? Talvez d'este cahos saia um novo dogmatismo scientifico, e, em tal caso, nenhuma das considerações apresentadas terá importancia.

Como ia dizendo, o sr. visconde de Paiva Manso foi um grande estudante, e a universidade, concedendo-lhe o grau de doutor, fez justiça ao seu talento e á sua applicação. Não sei por que razão o nosso consocio, tendo passado pelas trabalhosas provas do doutoramento, trabalhos de que nos resta uma excellente dissertação inaugural, não seguiu a carreira do professorado; mas, sendo indubitavel que o seu grande talento honraria qualquer escola, por mais illustre que esta fosse, não era igualmente seguro que a independencia do seu espirito se conformasse com as exigencias do ensino official, exigencias aliás necessarias, e que são mais um argumento contra tal ensino.

Quereis um exemplo da independencia com que pensava e fallava o sr. visconde de Paiva Manso? Eu vol-o dou, e muito de proposito o procurei decisivo. No seio da Academia real das scien-

cias, á qual elle pertencia como socio effectivo, em sessão pública e solemne, dizia o nosso consocio, elogiando o grande theologo Antonio Pereira de Figueiredo, o seguinte :

«Á situação em que depois do meio seculo passado, este paiz como todas as potencias do meio-dia da Europa se achou collocado em relação á Curia romana, deveu Antonio Pereira ser uma d'essas figuras grandiosas, que imprimiram na sua epocha um character austero, mas solemne, uma das illustrações da Congregação do Oratorio, que renascendo hoje nos paizes verdadeiramente liberaes com não menos força e vida que manifestara aos contemporaneos de Malebranche e Massillon, desappareceu com tantas instituições naquelles que em nome da liberdade negam e atacam uma das suas manifestações mais vitaes, o direito de *associação religiosa*, sem quererem convencer-se de que a liberdade da fé, luz e poesia da vida, não se destroe sem quebrar os laços que ligam o homem ao infinito.

«Liberal por natureza e por instincto, não comprehendendo assim a liberdade; a historia no futuro não será menos severa do que a sã philosophia, fulminando essas idéas que por uma deploravel aberração do espirito humano tendem a materialisar a vida, a despojá-la de todos os elementos poeticos, a transformá-la numa vasta arena, em que se gladiam as peores paixões, e dão em resultado essas theorias que offerecem em holocausto ao materialismo as liberdades mais legitimas, os sentimentos mais caros do homem.

«A liberdade não é uma palavra nem uma fórma de governo; é o respeito profundo da personalidade humana, na sua natureza, no seu fim racional, e nos meios para o realisar: atacando ou desconhecendo este principio, somos sempre despotas, embora nos ataviemos com as vestes da liberdade.»

Figura-se-me, senhores, que o homem que assim fallava, em 1859, não tinha a mais decidida vocação para o ensino official.

Fosse porém qual fosse a causa que desviou o sr. visconde de Paiva Manso do honroso exercicio do magisterio, não vale a

pena indagal-a, tanto mais que eu não estou fazendo uma biographia, um d'esses extensos trabalhos sobre a vida de um homem, naturalmente curiosos e indiscretos, em que se recorre a tudo quanto póde descobrir-lhe o character. Um simples e desaffectedado elogio é menos exigente, com mais facilidade se contenta.

Poucos annos depois do seu doutoramento, o sr. visconde de Paiva Manso foi eleito vereador da camara municipal de Lisboa. Em seguida entrou na Academia real das sciencias, á qual prestou serviços valiosos, e na camara dos deputados, onde a sua voz sempre se tornou digna de ser ouvida com attenção. Nomeado ajudante do procurador geral da corôa junto do ministerio da marinha e ultramar, reuniu com as funcções d'este cargo varias outras, taes como a de membro da commissão do codigo penal.

Já vos disse que nada o distrahia do assiduo cultivo das letras. Os seus trabalhos academicos, o citado *Elogio do padre Antonio Pereira de Figueiredo*, a *Memoria sobre a camera cerrada*, em que se elucida com notavel talento uma passagem escura da ordenação Philippina, a *Memoria historica sobre os bispados de Ceuta e Tanger*, outra memoria intitulada: *A propriedade litteraria não existia entre os Romanos*, todos estes trabalhos são dignos do maior apreço, já pela erudição em que se fundam, já pela doutrina que expõem, já pela clareza e brevidade com que são escriptos. O sr. visconde de Paiva Manso não era um mestre de lingua; o seu estylo não póde servir de modelo; mas, ainda assim, os seus escriptos recommendam-se por varias qualidades litterarias não vulgares, entre as quaes domina aquella que o velho Quintiliano dizia ser a primeira.

O projecto do codigo penal honra summamente, não só o nome do auctor, mas a sciencia do paiz que o viu nascer. Methodo e doutrina são, em geral, excellentes, e, tanto este trabalho, como o bello relatorio que o precede, mereceram louvores a muitos criminalistas estrangeiros e a outros personagens notaveis.

Além d'estes escriptos, chamaam a consideração de todos varios opusculos publicados em Paris, na lingua franceza, a preciosa

collecção epigraphica intitulada; *Portugaliae inscriptiones romanas*, e o *Bullarium patronatus Portugaliae in ecclesiis Africae, Asiae atque Oceaniae*, publicação encarregada ao sr. visconde de Paiva Manso pelo ministerio da marinha, no desempenho gratuito da qual elle se houve de tal modo, que mereceu ser louvado officialmente. Esta importante collecção de diplomas pontificios fornece valioso subsidio ao historiador e ao jurisconsulto, e, como tal, foi devidamente apreciada na *Gazeta da Associação* por um dos nossos consocios, distincto escriptor e advogado em Lisboa, o sr. dr. Eduardo Alves de Sá.

Nos ultimos tempos da sua vida occupava-se o sr. visconde de Paiva Manso da composição de uma *Historia do Congo*. Chegou a concluir um volume, e depois condemnou esse trabalho, porque estudo mais attento lhe mostrára a necessidade de o modificar profundamente. Foram porém ainda publicados os documentos pela Academia real das sciencias, sendo este volume posto á venda depois da morte do auctor.

Tenho enumerado grande parte das obras do sr. visconde de Paiva Manso. Esta simples enumeração attesta, bem claramente, que o nosso finado consocio era incansavel no escrever, e procurava os assumptos mais interessantes e ás vezes os mais arduos. A lista dos seus escriptos seria porém extensissima, se eu fosse a mencionar os papeis juridicos que estão impressos, e os artigos em jornaes que sahiram da sua fecunda penna. Este trabalho bibliographico não vem para aqui, mas não posso nem devo omittir os dois escriptos que o advogado de Portugal publicou em sustentação do nosso direito, no litigio que tivemos com a Inglaterra por causa do dominio e posse da bahia de Lourenço Marques.

Intitula-se o primeiro: *Memoria sobre Lourenço Marques*, e o segundo: *Bahia de Lourenço Marques.—Questão entre Portugal e a Gran-Bretanha sujeita á arbitragem do presidente da republica franceza. (Memoria apresentada pelo governo portuguez)*.

O segundo d'estes trabalhos é completissimo. Encontra-se ahi, tanto no corpo da memoria, como nos appendices e nos documen-

tos, tudo o que era preciso para tornar evidente o direito de Portugal aos territorios cuja posse e dominio era contestado pela Inglaterra.

Evidente, que digo! Evidente era o nosso direito aos olhos de todos que examinassem, ainda superficialmente, a questão, e ninguém poderia suppôr que Portugal, povo enfraquecido e amigo da paz, fosse, sem bom fundamento, sustentar um pleito arriscado com uma nação poderosa e tão falha de escrupulos como é a Inglaterra; mas, por isso mesmo que esta nação conviera, e, em verdade, não sei porque, em submeter a questão á arbitragem de uma nação amiga, convinha que o direito de Portugal fosse demonstrado cabalmente e com o maior desenvolvimento.

O sr. visconde de Paiva Manso era, sem dúvida alguma, uma das pessoas mais habéis para tractar esta questão, e correspondeu admiravelmente á confiança que nelle se depositava. O seu trabalho, pouco conhecido, creio eu, como geralmente succede em relação aos escriptos de procedencia official, devia ser consultado por todos. Ahi veriam, a par da mais rigorosa e concludente demonstração do direito da corôa portugueza, uma historia curiosa que merece ser conservada na memoria de todos os Portuguezes.

Estareis lembrados, senhores, da commoção que entre nós excitou, no principio d'este anno, a noticia do que a respeito de Portugal e dos Portuguezes dissera o tenente Cameron, tanto na relação da sua viagem como num discurso pronunciado no seio da sociedade de geographia de Paris. Na brilhante discussão suscitada no parlamento por este incidente, que á primeira vista parece ridiculo, mas cuja gravidade todos nós conhecemos, um dos oradores fallou em termos magnificos da grandeza da Inglaterra, e da admiração que essa poderosa nação lhe inspirava. A mim tambem, cumpre-me dizer, agora que tenho de ser severissimo para com o povo e para com o governo da Inglaterra, que, apesar de Portuguez, não tenho odio á nação britannica. Esses sentimentos, felizmente, não são proprios das nações generosas do meio-dia da Europa. Deixemos aos Germanos as tristes paixões que tanto lhes agra-

dam, e não esqueçamos que somos a raça sociavel e sympathica de Virgilio e de Cervantes, de Lamartine e de Camões. Além d'isso, prezo-me, senhores, de ser essencialmente moderno, e portanto desejo encarar todos os phenomenos, não só com a serena imparcialidade, propria do genio comprehensivo do nosso tempo, mas tambem com a facil sympathia que as rigidas convicções de outrora nos deixaram, ao desaparecer, talvez para sempre. Neste espirito de caridade, dir-vos-hei que a Inglaterra, a par de grandes defeitos e de grandes vicios, tem qualidades boas e dignas de estima, mas com a particularidade de que as feições nobres do caracter nacional só aproveitam ao povo inglez, ao passo que os restos da barbaria, ainda hoje tão vivos, tornam aquelle povo singularmente desagradavel aos outros.

A Inglaterra tem feito e está fazendo uma grande coisa. Conquistou a liberdade, e vive livre. Isto é muito, mas não é tudo, e, aqui mesmo, algumas restricções se poderiam fazer, porque a liberdade britannica é a liberdade á moda dos velhos Germanos e dos rudes patricios de Roma. A verdadeira liberdade, a que não se funda no privilegio, nunca elles a tiveram, e, se estão destinados a tel-a, o que eu sinceramente creio, ainda vão longe. Importa comtudo notar que esta liberdade é inconciliavel com quasi todos os estados sociaes, que só é possivel em condições especialissimas, que taes condições nunca existiram nem actualmente existem na Inglaterra, e por isso, neste ponto, o nosso louvor deve ser inteiro.

Outrotanto poderemos dizer dos costumes inglezes. Nenhum povo os tem mais puros, nenhum concebeu a vida de familia sob um aspecto mais serio e mais grave. O espirito de ordem, de legalidade, de patriotismo, que anima o povo inglez, e a hombridade do caracter nacional, o valor, a tenacidade, o amor do trabalho, o genio das descobertas, a maravilhosa aptidão industrial, tudo isto é grande e respeitavel.

Todavia, senhores, os Inglezes teem grandes defeitos e grandes vicios. Permitti-me que particularise. Teem um grande defeito, que é o mau humor; teem um grande vicio, que é o desprezo dos

pobres. Este vicio, que é execrando, e d'onde procedem quasi todas as feições vergonhosas do character inglez, ha de fazer cahir sobre a cabeça do povo em cujo coração está tão arreigado a punição merecida. O paiz em que um homem illustre, como era Nelson, pôde dizer que ser pobre era um vicio ou um crime, tem de expiar duramente estas palavras deshonorosas e insensatas. Mas, em verdade, não sei se o defeito de que os accuso, essa immundicie da alma, como lhe chamava Franklin, o mau humor, não concorre, ainda mais do que o fero orgulho e do que o ridiculo amor proprio, para crear a profunda antipathia que, por desgraça sua, os Inglezes tiveram a triste sorte de inspirar a todas as nações, e com a qual, o que é ainda mais triste, parece folgarem muito.

Um historiador francez, de maravilhoso engenho e prodigiosa erudição, a respeito do qual ha duas opiniões, a dos que o não conhecem e o admiram absolutamente, por convenção, e a dos que leram, uma e muitas vezes, as suas obras, e portanto distinguem, com boa critica, o trigo do joio; genio fadado para a poesia, que estudou o passado sem a recta imparcialidade do juiz, e o referiu com as paixões cegas do sectario; escriptor cujas obras eu desejára vêr nas mãos de alguns, se podesse evitar que passassem pelos olhos de todos; Michelet, com aquella singular faculdade, que lhe dava a imaginação, de resuscitar os homens e as coisas de outro tempo, entre muitos dos preciosos achados da sua *Historia de França*, fez uma descoberta curiosissima e profundamente verdadeira. Diz elle que a guerra dos cem annos, essa lucta pavorosa em que se consumiram as forças da França e da Inglaterra, no declinar da idade média, resultou de um grande accesso de mau humor do povo inglez. Este accesso, como vedes, durou um seculo, e, quando acalmou, isto é, quando a França, graças a essa viva e saneta fé nacional que symbolisa o nome de Joanna Darc, conseguiu erguer-se do tumulo em que já a estavam mutilando, o povo que, por tanto tempo, soubera manter enorme superioridade, a Inglaterra, teve de pagar por bem alto preço os males que até então havia dispensado. Ao passo que a unidade franceza se constituia

triumphantemente, a Inglaterra perdia em guerras civis horrendas o mais precioso do seu sangue e das suas virtudes, e tal foi o abatimento do seu character sob a dynastia dos Tudors, que o despotismo monarchico, tão antipathico ao genio britannico, esteve a ponto de se estabelecer, e foi precisa a grande tormenta da lucta pela liberdade para crear a gloriosa Inglaterra do seculo dezoito.

Citei-vos Michelet; permitti que vos cite Renan. Este philosopho, que tem vastissimo saber ás ordens de um espirito singularmente caprichoso, que comprehende tudo, e de tudo duvida, e que é actualmente o exemplo mais instructivo do perigo a que se expõem os refinados nas lettras, escriptor amavel, no fim de contas, e que seria inoffensivo, se os adversarios lhe não tivessem dado leitores aos milhares e aos milhões, porque as suas obras dirigem-se a poucos, e esses poucos pódem e devem ler tudo, Ernesto Renan, sustenta, não sei já em qual dos seus escriptos, que os povos de origem mixta trabalham incessantemente para eliminar os elementos modernos que lhes entraram no sangue pela invasão e pela conquista. D'esta fórma, a Inglaterra irá expulsando todos os dias os elementos germanicos oriundos dos Saxonios, dos Dinamarquezes e dos Normandos, e aproximando cada vez mais da superficie os elementos cellicos fundamentaes. Assim seja, para que esse povo, inspirado pelo espirito brando e sociavel da sua raça primitiva, entre sympathico no convivio das nações do occidente da Europa, a cujo concerto politico a sua posição geographica o traz naturalmente, e então esqueceremos que nos longos seculos da sua historia, a Inglaterra pouco ou nada tem feito pela humanidade.

Povo destituído do genio das artes, sem musicos, sem pintores e sem estatuarios de grande nome, sem architectura sua propria, a Inglaterra difficilmente repara, pelo lado das lettras, o que lhe falta por este. Fóra da litteratura politica, em que é eminente, e da litteratura da imaginação, em que é eminentissima, poucos são os seus vultos litterarios. Na sciencia, tem um homem portentoso, um verdadeiro inventor, Newton, e um astronomico de pri-

meira ordem, Herschell; mas falta-lhe a gloria da philosophia. Todos os seus philosophos, de Bacon a Locke, de Locke a Herbert Spenser, são puros criticos. Falta-lhe porventura a gloria da historia. Os seus melhores historiadores, exceptuando Gibbon e Grote, serão talvez considerados pela posteridade meros *essayists*; e todos estes, e os proprios grandes poetas e romancistas, Milton, Byron, Scott, Dickens, pela feição profundamente ingleza do seu talento, influiram menos do que podiam e deviam nos destinos da humanidade. Fechada na sua ilha, diriamos que a Inglaterra nunca trabalhara senão para si, que nunca os olhos do espirito se lhe tinham alongado por outras terras e por outros povos, se, por uma casualidade feliz, que ella estava bem longe de merecer, lhe não tivesse sido dado o poeta universal por excellencia, esse que é compatriota e contemporaneo de todos os homens de todos os tempos, o espirito mais vasto, a imaginação completa, Shakespeare.

Vêdes, senhores, que, apesar das energicas e solidas qualidades que lhe reconheço, eu não sou entusiasta do povo inglez. Não sou, e menos ainda, considerando o seu genio politico, nas relações com os povos estranhos. Tudo quanto se sabe da tyrannia de Carthago, como potencia mercantil, e de Roma, como estado conquistador, todas as artes vis da politica oppressiva, que a historia severamente condemna, tudo isso e muito mais, tem sido a norma do povo inglez, e digo do povo inglez, porque a este povo cabe uma parte enorme de responsabilidade nos actos iniquos que os seus governos praticam, visto que essa politica perfida tem merecido sempre a sua approvação, que digo! a sua adhesão entusiastica! Se um ou outro Inglez, coração puro ou espirito previdente, levanta, de espaço em espaço, a debil voz, protestando em nome da humanidade e em nome da justiça, esta voz é promptamente abafada pelos clamores triumphaes que saudam os fortes e os insolentes. . . *Civis romanus sum!* exclamava lord Palmerston, quando pretendia impôr á Europa tolerancia illimitada em relação aos actos dos subditos britannicos, e tanto bastava. A Inglaterra applaudia, e continuará a applaudir, em quanto lh'o consentirem.

Senhores, a historia que eu disse dever ser conservada na lembrança de todos os Portuguezes é a historia do procedimento da Inglaterra para conosco, relativamente á bahia de Lourenço Marques. Não vol-a conto, porque a não poderia contar melhor do que o fez o sr. visconde de Paiva Manso, na memoria citada. Deixai-me porém dizer-vos que nunca se viu nem verá governo algum proceder com menos justiça e com mais consciencia de que esta lhe faltava. Renovadas por tres vezes, as suas tentativas eram como receosas, e não iam por diante. Indignos de todos, quanto mais do governo de um grande povo, os actos da Inglaterra, pelo seu character timido e cauteloso, denunciam bem claramente o nenhum direito que lhe assistia. Em todos elles só ha um, para mim inexplicavel, que merece approvação, por isso mesmo que está em manifesto desaccordo com os outros. Depois de ter procurado, por mais de um meio, usurpar um territorio que nós tínhamos descoberto, explorado, occupado, d'onde posteriormente haviamos expellido com mão armada os Hollandezes e os Austriacos, e cuja posse ella propria tinha reconhecido numa convenção solemne, a Inglaterra assentiu á arbitragem, e Portugal, seguro do seu direito, deu á França a mesma prova de confiança que esta potencia nos havia dado em 1558, escolhendo-nos para arbitro na questão com a Inglaterra sobre a posse de Calais.

Quando foi assignado o protocollo de 15 de setembro de 1872, era chefe da nação franceza o illustre historiador e estadista que a França e a Europa perderam ha poucas semanas, homem extraordinario, cuja vida foi longa, e cuja morte pareceu prematura. Porém, como o arbitro escolhido não era o sr. Thiers, mas sim o presidente da republica, a sentença veio a ser pronunciada pelo valente e honrado general que ainda hoje exerce, em França, o supremo cargo do estado.

Não se enganava o nosso habil advogado quando, ao terminar a sua memoria, escrevia o seguinte: «Portugal, apesar da sua pequenez relativa, tem a consciencia da força da sua justiça, e com ella a firme convicção de que o seu direito ha de ser reconhecido

pelo arbitro, chefe de uma nação, que melhor do que outra qualquer, sabe que a força do direito é sempre superior ao direito da força, e que acima de todas as nações, por mais poderosas que sejam, ha, na phrase de Cicero, uma lei eterna e immortal que as domina: *Omnes gentes et omni tempore una lex et sempiterna et immortalis continebit.* »

A França, por meio do seu digno chefe, correspondeu á confiança que nella havíamos depositado, e, assim como o presidente da União Americana, pela sentença de 21 de abril de 1870, decidira a nosso favor a questão de Bolama, o presidente da republica franceza reconheceu na sua, de 24 de junho de 1875, que as pretensões da corôa portugueza aos territorios contestados pela Inglaterra se achavam provadas e estabelecidas.

Senhores, reparais nesta ultima data, 24 de julho de 1875? Ao comparal-a com outra, o meu coração cobre-se de lucto. Trinta e cinco dias antes de publicada a sentença que elle tanto havia promovido, a 19 de junho, o advogado de Portugal transpozera os umbraes da eternidade. Suavisou-lhe porventura os ultimos dias a certeza da victoria, porque ao tempo da sua morte era já conhecida a decisão da commissão franceza encarregada de estudar aquelle negocio; mas a intima, a profunda satisfação de vêr a sentença, a decisão final e solemne, foi-lhe negada.

Roubado prematuramente ao seu paiz e ás letras, o sr. visconde de Paiva Manso deixou um logar que importa preencher. Isto deve incitar-nos ao trabalho, e é mais um beneficio d'aquelle alto espirito, que tanto se desvelou pela patria. Obreiro prostrado no ardor da lida, não gozou os dias tranquillos da velhice; não lhe foi dado alcançar essa quadra da existencia, que, desprendendo-nos, pouco a pouco, das coisas terrestres, segundo uns, preludiva á vida nova, é como a alvorada do grande dia de além da **campa**, e, segundo outros, torna menos custosa a dissolução do organismo, a destruição completa da personalidade humana. O sr. visconde de Paiva Manso deixou-nos em vigorosa idade, que prometia, a nós e a elle, uma longa serie de trabalhos uteis; mas a

sua vida e a sua morte nem por isso propõem dúvidas que perturbem o espirito. Parece que elle tinha consciencia dos poucos dias que lhe eram concedidos, e por isso tractava de fugir, com a sua febril actividade, aos effeitos d'essa avareza do tempo. Seja como fôr, o que todos podemos julgar, qualquer que seja a nossa crença, é que os vastos trabalhos do nosso finado consocio não foram inuteis. Para os crentes na immortalidade, a sua vida futura completará a curta existencia terrestre que lhe foi dada. Para os outros, os resultados do seu aperfeiçoamento reúnem-se ao total dos progressos humanos, e contribuem para a vida geral d'esse unico Deus que aceitam, a humanidade. Disse.